



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de
gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidade**

**Sub eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas,
ribeirinhos e desigualdades**

VIOLÊNCIA POLICIAL E O IMPACTO NA VIDA DAS INFÂNCIAS NEGRAS E PERIFÉRICAS

GABRIELI CARREIRO¹

JULIA DA SILVA BOAVENTURA²

TÚLIO FERREIRA FIALHO³

RESUMO

O presente trabalho buscou identificar alguns impactos causados pela ação policial na vida de crianças que moram em favelas do Rio de Janeiro. Para isso, utilizamos dados secundários que evidenciaram as violações de direitos dessa população. Além disso, buscamos trazer a importância de alguns movimentos sociais que seguem atuando como resistência à ação policial e ao racismo institucional no Brasil.

Palavras chave: Racismo Institucional; Ação policial; Infâncias negras.

ABSTRACT

This study sought to identify some of the impacts of police action on the lives of children living in Rio de Janeiro's favelas. To do this, we used secondary data that highlighted the violations of this population's rights. In addition, we sought to highlight the importance of some social movements that continue to resist police action and institutional racism in Brazil.

Keywords: Institutional Racism; Police action; Black childhood

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

² Instituto Nacional do Câncer

³ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Introdução

Este trabalho tem por objetivo problematizar os impactos que as operações policiais em favelas do Rio de Janeiro acarretam para as vidas das crianças e adolescentes moradoras desses territórios. Para isso, os autores fizeram uma pesquisa de dados secundários para entender as violações de direitos dessa população. Assim, utilizamos de relatos e dados entre 2018 e 2021. É importante ressaltar que, utilizamos como pano de fundo a chacina do Jacarezinho, conhecida como a maior chacina, em número de assassinatos pela polícia do Rio de Janeiro.

Dessa forma, durante nosso trabalho, será evidente a crítica acerca da centralidade do racismo. Visto que, a questão racial atua como importante característica que legitima a violência policial nesses territórios, bem como também a classe social, uma vez que tratamos de habitantes de favelas. Ou seja, raça e classe são fatores que determinam as pessoas que detêm ou não direitos, inclusive o direito à vida, e legitimam violências e violações de direitos no Brasil desde a infância. Assim, propiciando adoecimentos crônicos e mentais que matam populações pobres e negras, mesmo quando essas pessoas não são assassinadas por arma de fogo em operações policiais.

Tendo essa realidade violenta como panorama, as populações mais empobrecidas, negras e moradoras desses territórios traçam importantes estratégias para a sobrevivência e resistência. Numa tentativa de realizar sua própria proteção, uma vez que o Estado se ausenta nessa perspectiva. Veremos que essas atitudes de resistência são tomadas desde a era colonial no Brasil, numa tentativa de evitar o extermínio de toda uma raça.

Desenvolvimento

Hoje é dia de operação
Tenho medo de ser atingido
E olha que eu nem sou de facção
Agatha e João Pedro ficaram de exemplo
Sinto uma mira na minha testa a todo momento
Por isso me escondo atrás do cimento
Só que o fuzil atravessa!
Pintaram de sangue a minha aquarela
Que dia tem paz na minha favela?
Paz? tem nem asfalto!
Água nem chega!
E se não fosse o tênis da escola, eu tava descalço
Pedindo cidadania
Há tempos não sei o que é isso.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Mas uma coisa que eu sei é o barulho de um tiro
Cidadania é aquilo que eu vejo nas ruas?
Ônibus caindo aos pedaços...
Eles inventando mentiras, onde a verdade é só uma
Cidadania é um bagulho complexo!
Na zona sul é mole brincar nas ruas,
agora eu quero ver no meu complexo
Já vi várias mães chorar
Por elas cedo acordar e não poder ir trabalhar
Preocupada com seus filhos em casa
e suas contas pra pagar.
Explica cidadania pra uma mãe de família
Ou pra um camelô que perdeu suas mercadorias
Ou pra minha vizinha, que perdeu seu filho da noite pro dia.
Ah, já to cansado dessa rotina!
Com fé me retiro
Já já tem operação!
Preciso achar um abrigo
E proteger meus irmãos
Preciso estudar pra sair dessa bolha
Mas nem tem aula nas escolas,
A vida é a verdadeira professora!
Agora é tchau, acabei!
Depois dessa eu deveria ser chamado de rei
Mas eu sou preto...
E desse sonho eu acordei.
(Poema retirado do Instagram: @pdrs_mascote, 2023)

A Constituição Federal de 1988 dispõe em seus princípios fundamentais, no artigo terceiro, quatro principais objetivos da República Federativa: 1) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; 2) garantir o desenvolvimento nacional; 3) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; 4) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Para a criança e o adolescente em especial, o Estado, segundo o artigo 227 desta mesma legislação, tem o dever de:

[...] assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
(BRASIL, 1988)

Além disso, para reforçar os direitos da criança e adolescente e percebendo que este período da vida é de peculiar desenvolvimento, necessitando de atenção e cuidado de todos os entes da sociedade - lê-se Estado, família e sociedade -, em 1990, é sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente. Esta legislação é de importância ímpar para os avanços por proteção e direitos deste grupo social no país. E, além de incorporar todos esses direitos acima elencados,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

também reforça que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos inerentes à pessoa humana, respeitando a Proteção Integral e a situação de desenvolvimento humano.

Além disso, em seu parágrafo único do título I, no qual se lê “Das Disposições Preliminares” o ECA ressalta que

Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas a sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (ECA, 1990)

No entanto, mesmo com duas importantes legislações a favor da segurança das crianças e adolescentes, as violações de direitos ainda são atuais e constantes na vida das crianças e adolescentes pobres, negras e moradoras de periferia, principalmente. O poema-denúncia, que abre nosso artigo, exemplifica essa realidade.

O adolescente autor do poema, (que infelizmente não conseguimos identificar¹) trata sobre algumas violações de direitos recorrentes em sua vida e dos moradores da favela onde ele habita. Falta de saneamento básico e transporte de qualidade, precárias condições de trabalho e educação. A denúncia é sobre insegurança, ausência de dignidade e cidadania que assombra a realidade das favelas. Nas palavras do jovem também estão explícitos o racismo, o medo, a falta de esperança e perspectiva de mudança de realidade. Tudo isso atravessado pelas constantes operações policiais que ocorrem nas favelas do Rio de Janeiro de forma constante.

E é sobre o impacto das operações policiais na vida da infância negra, pobre e de periferia que trataremos neste artigo.

1. Operações policiais nas favelas e seus impactos

300 anos de escravidão e uma abolição mal conduzida sem perspectivas de reparação, traçaram desigualdades sociais fundamentais para a construção do Brasil. A liberdade da população negra ocorreu sem nenhum tipo de política pública, seja de habitação, saúde ou assistência, conforme evidencia Abdias Nascimento (1980)

Muitos africanos <<emancipados>> e cidadãos foram obrigados pelas circunstâncias a permanecer com seus antigos senhores, trabalhando sob condições idênticas às anteriores sem nenhuma alternativa ou opção. Outros se aventuraram deslocando-se para as outras regiões ou cidades, e a única coisa que obtiveram foi desemprego, miséria, fome e destruição. De vítima acorrentada pelo regime racista de trabalho forçado,

¹Este poema foi visto em um vídeo numa rede social onde o próprio adolescente declama-o. Entramos em contato via esta rede social mas até o momento não conseguimos devolutiva para sinalizar autoria. Link do post: <https://www.instagram.com/reel/Czml4nauGrr/?igshid=ZWl2YzEzYmMxYg==>. Acesso em 8 dez 2023.

o escravo passou para o estado de verdadeiro pária social, submetido pelas correntes invisíveis forjadas por aquela mesma sociedade racista e escravocrata. (NASCIMENTO, 1980).

O racismo consiste na crença de que existem indivíduos que são inferiores a outros por seus traços fenotípicos e sua cultura. A raça como fator hierárquico gera consequências que operam diretamente na estrutura do nosso país e estabelece à pessoa negra um lugar social de subalternidade na sociedade de classes, segundo Clóvis Moura (2014). Essa mesma lógica proporciona aos indivíduos brancos privilégios, mesmo sob a perspectiva de legislações atuais que impõe igualdade, sobretudo racial. O racismo se expressa em práticas discriminatórias de um grupo social sobre outro e está presente na estrutura e, portanto, nas mais diversas faces da realidade social e da vida cotidiana. Historicamente, o racismo esteve presente por todo o processo de formação social e histórico brasileiro que retirou pessoas do seu continente de origem, utilizou sua mão de obra como trabalho forçado, tentou dizimar sua religiosidade, dentre outras formas de genocídio, com requintes de crueldade.

A democracia racial, sendo ela na verdade, um mito (Gonzalez, 1984) nos revela que a igualdade no âmbito legal e a ideia de que todas as raças convivem em verdadeira harmonia e de maneira respeitosa não condiz com a realidade social brasileira. As crianças e adolescentes negras não estão isentas das violações de direitos de uma estrutura de poder pautada na branquitude² como padrão. Essa estrutura que, através do Estado, cultura, mídia, etc, refina as violências do regime colonial para perpetuar o lugar subalterno do negro na sociedade de classes (Moura, 2014).

Por isso, é importante ressaltar que, segundo Maria Aparecida Bento (2002) “a pobreza tem cor”. Isso porque, são as pessoas negras que continuam atualmente nas periferias brasileiras expostas a miséria e violações de direitos. Vanessa Saraiva (2022) nos relembra algumas das legislações brasileiras voltadas à infância negra e pobre: Lei do Ventre Livre³ e os Códigos de Menores de 1923 e 1979⁴, legislações que não protegeram crianças negras e pobres mas as violavam. Diante disso, não é coincidência percebemos a continuidade dessa população, majoritariamente negra e pobre, em unidades de acolhimento institucional (67%), em situação de

²Para esta compreensão acessar o artigo de Maria Aparecida Bento “Branqueamento e branquitude no Brasil”.

³Dava aos filhos de pessoas escravizadas a possibilidade de nascer livres. No entanto, essa lei não funcionava já que a criança dependia de cuidados e, por isso, precisava pagar com trabalho o tempo de estadia nas fazendas.

⁴A criança e o adolescente negro e pobre eram percebidos pelo Estado como em “situação irregular”. Assim, para essa infância o Estado devia intervir afastando-os de suas famílias e do convívio em sociedade, inserindo-os em “abrigos de menores” ou em “entidades de assistência e proteção ao menor” como as FEBEM’s, à época.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

rua (49%), em situação de trabalho infantil (63,7%) (SARAIVA, 2022) e inseridas no sistema socioeducativo⁵, por exemplo. Além disso, de acordo com dados da UNICEF (2020), o Brasil é o quinto país que mais mata crianças e adolescentes no mundo. A maioria desses jovens são negros. “Entre 1990 e 2017, os homicídios de adolescentes mais que dobraram no Brasil. [...] foram 9.781 meninas e meninos mortos, mais de um homicídio por hora no país. Desses, 81% eram negros.” (UNICEF, 2020)

No Rio de Janeiro, no período de 2016 a 2023, 601 crianças e adolescentes foram baleadas, sendo 286 atingidas em operações policiais, segundo o Instituto Fogo Cruzado. Em 7 anos, houveram 3 chacinas policiais⁶ por mês, em média. A maior delas aconteceu no Complexo do Jacarezinho, em 2021⁷, onde mais de 40 mil pessoas habitam. Neste dia foram 10 horas de tiroteio, 18 escolas foram fechadas - isso significa mais de 2 mil alunos sem aula. Uma clínica da família foi fechada e postos de saúde que aplicavam a vacinação contra a covid-19 também. Além disso, a circulação do metrô foi interrompida e 2 pessoas foram baleadas dentro deste transporte, outrossim, mais 1 pessoa foi baleada dentro de casa. Ao todo, 27 civis foram mortos, dentre essas pessoas mortas, 1 adolescente. É deste dia também o chocante relato de uma família que presenciou um homem ser assassinado pela polícia no quarto de uma menina de 9 anos⁸.

Sobre essa chacina é importante destacar que, quase um ano antes, o Supremo Tribunal Federal proibiu operações policiais em favelas do Rio de Janeiro no dia 05 de junho de 2020⁹. Permitindo apenas em casos “excepcionais”, sem explicar quais seriam.

Em 2021 houveram 61 chacinas no Estado do Rio de Janeiro com 255 mortes, segundo o Instituto Fogo Cruzado em seu relatório anual, como explícito no mapa abaixo¹⁰:

⁵Segundo análise de dados dos relatórios do Sistema Nacional de Ações Socioeducativas ao longo dos anos.

⁶ Uma chacina policial é quando 3 ou mais pessoas são mortas em uma única operação policial.

⁷ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-06/operacao-policial-mata-25-pessoas-no-jacarezinho-em-segunda-maior-chacina-da-historia-do-rio.htm> [acesso em 02 de dezembro de 2023]

⁸Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/05/11/familia-contradiz-versao-da-policia-sobre-morte-em-casa-do-jacarezinho.htm>

⁹Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/05/fachin-proibe-operacoes-em-favelas-do-rio-durante-a-pandemia.ghtml> [acesso em 02 de dezembro de 2023].

¹⁰ Mapa retirado do Instituto FOGO CRUZADO. Relatório Anual 2021: Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1gyizjq_XFEc2ViMZOFDAp_NEWVDZIVfa/view Acesso em: 02 de dezembro de 2023.

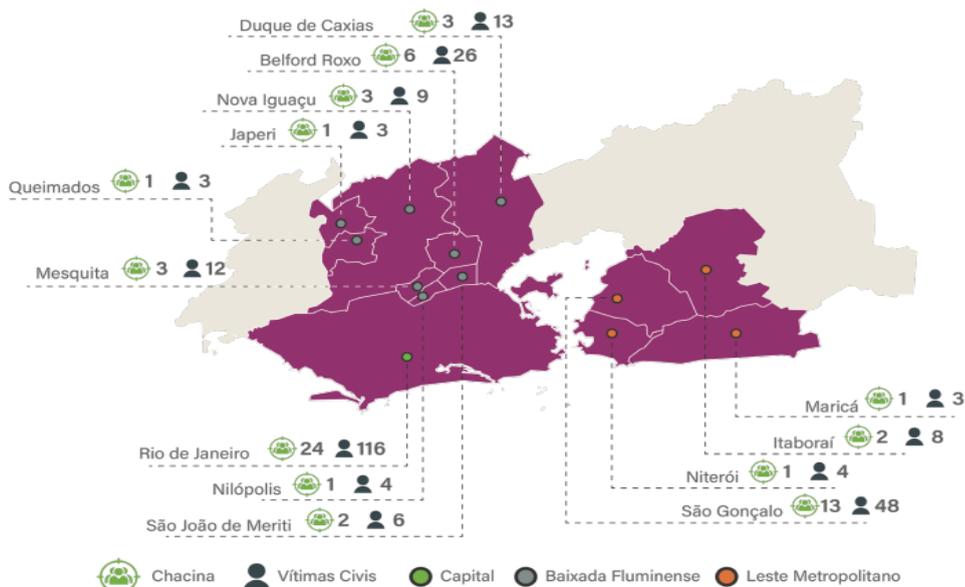


Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

CHACINAS POR MUNICÍPIOS | 2021



Em Cachoeiras de Macacu, Itaguaí, Guapimirim, Magé, Paracambi, Rio Bonito, Seropédica e Tanguá não houve chacinas.

Entre as vítimas fatais de operações policiais: 1 criança e 8 adolescentes; entre os feridos nessas operações: 3 crianças e 18 adolescentes.

A chacina do Jacarezinho é somente um exemplo das explícitas consequências de operações policiais em favelas do Rio de Janeiro. Crianças e adolescentes quando não mortas ou baleadas são expostas ao terror de tiroteios e mortes dentro de suas próprias casas ou pelas ruas de seus territórios. A pergunta que fica é: Qual a proteção integral para essa infância? O que se apresenta na verdade é a morte ou a punição da população negra, a começar pela infância. O Estado não é omissor, uma vez que é ele que está matando e acarretando consequências de saúde física e mental para esses pequenos cidadãos e seus familiares.

Como duras provas das consequências geradas pela atuação das polícias nas favelas, os estudos recentes comprovam a intensificação dos danos à saúde das crianças e adolescentes, quando comparados às que moram em regiões não afetadas pelo conflito armado. De maneira mais geral, os estudos se debruçam sobre a população desses territórios como um todo, sem operar em um recorte em relação à idade.

Conforme apontado por um estudo qualitativo realizado por Silva et. al (2019), algumas condições agudas e crônicas se agravavam em usuários da clínica da família, quando ocorriam operações policiais e conflitos no território. Entre o que foi relatado, houve o desenvolvimento ou



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

piora de sintomas relacionados à gastrite, úlcera, descontrole glicêmico ou hipertensão. Em relação a reação imediata desses eventos, foram relatados vômitos, diarreias em crianças e sangramento em grávidas. No que tange aos impactos na saúde mental, registrou-se ansiedade, insônia, estresse, alterações de humor, sofrimento psíquico difuso intenso, dificuldades de relacionamento e medo de sair de casa. Além de quadros mais graves como crises de pânico, fobias, depressão e agravamento de quadros psicóticos. (SILVA et.al., 2019, p. 2112).

Ainda neste estudo realizado pelo mesmo autor, na análise de prontuários dos usuários, chamou atenção a anotação de quadros psicopatológicos associados à violência armada. Os códigos da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) mais registrados são aqueles relativos aos “Transtornos Mentais e Comportamentais”; “Transtorno neurótico não especificado”, “Transtorno de Pânico”, “Ansiedade generalizada”, “Transtorno afetivo bipolar não especificado” e “Transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de sedativos e hipnóticos - síndrome de dependência” (SILVA et al., 2019, p.2113). Os dados revelam, desse modo, a complexidade e o agravamento de problemas e condições de saúde (físicas e psicológicas) geradas pela constante violência do Estado praticada através da incursão policial nas favelas, afetando toda a sua população, entre as quais se encontram, também, crianças e jovens.

Esses dados são corroborados por um relatório publicado pela Saúde na Linha de Tiro, que realizou uma pesquisa em 2019, analisando como a saúde das comunidades que não conviviam com a violência, ou daquelas que conviviam recorrentemente, eram afetadas. O perfil étnico e racial de todas essas comunidades eram semelhantes: aproximadamente 70% da população era preta ou parda, de baixa renda. Como resultado obtido, durante período de 12 meses, o número de pessoas com hipertensão arterial, insônia prolongada, depressão e ansiedade foi maior nas comunidades mais expostas a tiroteios e violência armada. Em relação à prevalência da hipertensão, por exemplo, constatou-se 21% nos territórios deflagrados pela violência policial, ao passo que as comunidades sem a presença dessa intervenção era de 16%.

Além disso, a proporção de pessoas que relataram ter recebido diagnóstico de depressão ou fizeram uso de medicação nos 12 meses anteriores à pesquisa foi de 6,7% nas comunidades mais afetadas por tiroteios e 4,1% naquelas menos afetadas (Lemgruber, 2019). Essa realidade mostra que a violência policial exercida nas favelas tem gerado também a medicalização (aumento e consumo excessivo de fármacos) e a medicalização da vida desses sujeitos. Isso porque, os habitantes desses territórios onde a violência policial é recorrente, ficam desamparados e desprotegidos pelo próprio Estado. Gerando assim, como uma das saídas para



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

enfrentar e lidar com os efeitos devastadores dessa política violenta, uma responsabilização individual, o medo e o desamparo. Ocasionalmente, nessas situações, a utilização de medicamentos para suportar a realidade vivenciada no cotidiano.

Novamente, é preciso ressaltar que tais dados tratam da população em geral, sem operar em um recorte geracional, diferenciando, por exemplo, os impactos mais específicos em relação às crianças e adolescentes. Porém, fica evidente que esses sujeitos também são afetados por esses problemas de saúde física e mental (podendo desenvolvê-los no decorrer da vida, sobretudo as doenças crônicas). Como destacam especialistas na área da Saúde Mental, em matéria publicada no Jornal Folha de São Paulo¹¹, a população infantojuvenil pode ter Estresse Pós-traumático (TEPT) e desenvolver depressão e ansiedade. Os sintomas mais recorrentes do TEPT, diante desses contextos brutais como as operações policiais em territórios de favela, são: distúrbios do sono (dificuldade para dormir ou pesadelos violentos recorrentes), distúrbios alimentares (dificuldade em se alimentar ou compulsão), ansiedade, falta de concentração, choro intermitente e medo constante. A criança afetada por esse transtorno fica com medo de sair de casa e pode apresentar quadros de ansiedade em situações que possam fazer lembrar o trauma, como por exemplo, ao encontrar com um carro da polícia (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020).

Ainda sobre esses impactos nas infâncias periféricas, em reportagem realizada pelo Portal Lunetas (2022), ficam evidenciadas a crueldade, a violência e a desumanização as quais crianças e adolescentes convivem e experienciam em territórios conflagrados pela violência policial. A fala desses indivíduos trazem à tona a realidade dos efeitos (reais e simbólicos) que impactam na subjetividade e nas suas experiências concretas

“Eu me sinto no meio de uma guerra. Foi muito tiro perto da minha casa, perto da casa dos meus colegas” conta Letícia, 12, moradora do Complexo do Alemão.

Quando as operações são muito intensas, como a última, Letícia explica que a família “fica em um único cômodo da casa, que é o mais seguro, deitada no chão, e não pode sair pra comprar pão, ir ao mercado, não pode ir pra lugar nenhum”.

Thales, de 6 anos, revela que ficou triste nos dias do tiroteio.

Giovanna, 9, diz que sentiu medo e conta que “na casa da vovó a gente pega o ‘tapetinho no tiro’ pra deitar” e não serem atingidos pelas balas. (Portal Lunetas, 2022).

Diante dos relatos trazidos pelas crianças, é impossível ignorar o quanto suas vivências já são afetadas desde os primeiros anos de vida pela violência armada produzida pelo Estado, vinculada a uma política de guerras às drogas que, como se escancara diante dos dados trazidos,

¹¹“Mestre em psicologia clínica, Lucas Veiga explica que a experiência de uma criança que presencia um conhecido, em especial um pai ou mãe, sendo vítima de violência pode desenvolver um trauma. O mais comum, nesses casos, é o TEPT (transtorno de estresse pós-traumático). A psicóloga Maria Cecília Malaquias diz que uma criança que presencia uma abordagem policial violenta contra seu pai ou mãe passa por uma experiência tão forte e traumática que é como se essa criança experimentasse a sensação de morte do pai e de si própria.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

apenas afetam negativamente os moradores dessas regiões. É válido lembrar, novamente, que esses moradores são negros, em sua maioria, e pobres, caracterizando-as, historicamente, como vidas matáveis e descartáveis para o Estado. Tal violência cotidiana contra essa população é uma realidade que assombra suas vivências e individualidades. Essa violência não é algo recente, têm suas bases constituídas pela lógica do racismo que opera através de diferentes mecanismos na sociedade brasileira pela história.

A violência por parte do Estado ou daqueles que o representavam sempre foi uma realidade para a população negra. Na escravização da população negra, por mais de 300 anos, os senhores brancos determinavam quem podia viver e quem deveria morrer, hoje não é diferente. A política do medo é implantada todos os dias por meio de ações do Estado e de suas instituições com a finalidade de mostrar quem é o detentor da soberania. Essa política faz parte de um grande processo de alienação para manutenção da elite brasileira no poder. Dessa forma, o racismo é funcional para a burguesia, porque serve, na verdade, como uma forma de subordinar e hierarquizar a população negra, além de estar inserido na estrutura da sociedade. Sendo assim, se efetiva o que Marx e Engels (1988) já diziam: “O Estado moderno atua como o comitê executivo da burguesia”.

Apesar de todo o processo desumano da escravidão, é necessário ressaltar que a população negra não se manteve passível e, com isso, investiram nas mais diversas formas de resistência, seja realizando rebeliões, queimando plantações inteiras dos senhores de escravos, se aquilombando ou mesmo envenenando seus exploradores. Contudo, ainda hoje a população negra e sua juventude, diante da ausência protetiva do Estado e de sua forma coercitiva e violenta, precisam buscar formas de resistir e sobreviver à constante política de extermínio perpetuada ao longo dos séculos contra a população negra no Brasil. E é sobre isso que trataremos a seguir.

2. Resistência da população negra

Nas palavras de Aparecida Bento (2002) “De certa maneira, desde o início do período colonial, o cruzamento racial foi a saída encontrada pela elite branca para resolver os diferentes problemas que a afligiam.”. A ideia de embranquecer o Brasil e dizimar a população negra brasileira, que foi projeto político no Brasil, foi rompida e não se concretizou. O motivo dessa não realização deve-se a resistência da população negra. O resultado dessa luta é o que se tem hoje em um número expressivo: 56% da população brasileira é negra, segundo dados do IBGE

(HAMMES, 2023). No entanto, como já sinalizado, formas de resistência ainda são necessárias para lidar com a violência do racismo presente na sociedade e perpetuado pelo Estado.

Uma das primeiras formas de resistência na época do Brasil colônia foram os quilombos. Criados por escravizados a fim de se organizar contra o sistema escravista e contra os senhores.

No Rio de Janeiro, no mesmo momento em que se haviam várias expedições punitivas pelo país, estavam começando a organizar o quilombo de Manoel Congo, que assassinaram um lavrador branco, expulsaram os feitores, invadiram e depredaram a fazenda do senhor. Posteriormente a isso, violentaram fazendas e engenhos e derrotaram a primeira expedição punitiva contra eles. Embora inteligentes, esses quilombolas não se preocuparam em montar um exército militar fortemente armado, o que gerou uma carnificina na expedição seguinte, visto que os mesmos não dispunham de armas suficientes para combater em igualdade. (MOURA, 1986 p.61)

Os quilombos eram organizações que tinham suas estruturas baseadas na cooperação e solidariedade, viviam de uma agricultura policultora e trocavam o excedente. Palmares foi um dos quilombos que ficou conhecido por sua organização complexa e grande. Tratava-se, na verdade, de um conglomerado de quilombos, onde os escravizados se organizavam, travavam estratégias financeiras e militares. Palmares contava com um exército com armas como flechas, lanças e armas de fogo, representava a maior resistência econômica, militar, social e cultural ao sistema escravista (MOURA, 1986).

[...] a dezesseis léguas de Porto Calvo ficava o mocambo do Zumbi; a cinco léguas mais ao Norte localizava-se o de Acotirene; a leste destes dois mocambos chamados das Tabocas; quatorze léguas a noroeste destes dois localizava-se o de Dambrabanga; ao norte deste a “cerca de Subupira”, onde se localizava o quartel general da república, seis léguas mais ao norte, a “cerca real” do Macaco, capital da república; cinco léguas a Oeste o mocambo de Osenga; a seis léguas de Serinharem, para noroeste, localizava-se a “cerca” do Amaro, a 25 léguas de Alagoas ficava o Andalaquituche, irmão de Zumbi; a 25 léguas do noroeste de Porto Calvo ficava o quilombo de Alquatune, mãe de Zumbi, além de muitos outros menores. (MOURA, 1986 p.36)

Atualmente, no século XXI, há a manutenção dos quilombos como importantes espaços de disseminação da cultura, união, resistência e luta da população negra. Assim, segundo o pensamento de Clóvis Moura, aquilombar seria a ação de união, apoio, resistência e luta da população negra, ainda que não em um espaço físico determinado, atualmente.

Em 1978, após tantas manifestações do racismo que se perpetuava desde o período da escravidão, surge o Movimento Negro Unificado (MNU). Em sua carta de princípios, demonstram que tinham como finalidade:

(...) defender o povo negro em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais através da conquista de: maiores oportunidades de emprego, melhor

assistência à saúde, à educação e à habitação, reavaliação da cultura negra e combate sistemático à sua comercialização, folclorização e distorção, extinção de todas as formas de perseguição, exploração, repressão e violência a que somos submetidos, liberdade de organização e de expressão do povo negro. (MNU, 1978 p.2)

Ou seja, desde 1978, já se denunciava a violência por parte do Estado contra pessoas negras e, o MNU, foi um movimento que conseguiu inclusive contribuir com a Constituição de 1988, incluindo os povos marginalizados e quilombolas nesta legislação. Esse movimento inspirou muitos outros movimentos que tinham como pauta a luta racial. Em 2003 foi criada a Secretaria da Igualdade Racial, assumindo a configuração de Ministério apenas em 2023, no governo Lula. Esse Ministério tem como pauta a luta contra a violência policial, com a criação do Plano Juventude Negra Viva, que contou com caravanas por diversos Estados do Brasil a fim de ouvir a população negra. Além do investimento em iniciativas de atendimento psicossocial de mães e familiares vítimas de violência.

Também temos como importante aparato de resistência e luta a Coalizão Negra por Direitos (CND). Trata-se de um conjunto de movimentos sociais e de iniciativa popular que tem como pauta a defesa da vida da população negra. No ano de 2023, a CND teve como iniciativa de combate a violência por parte do Estado contra vidas negras, a apresentação do documento “Em defesa das vidas negras” apresentado para o Ministério dos Direitos Humanos. Além também da participação da CND na Câmara dos deputados para debater a abordagem dos agentes de segurança pública e privada; a convocação de atos em todo o Brasil contra a violência policial e; a campanha Alvos do Genocídio que mostra que pessoas negras são 2,5 vezes mais vítimas de armas de fogo do que pessoas brancas.

No que tange a violência policial brasileira, pode-se observar que a população negra continua resistindo. O protagonismo desses movimentos deve-se sobretudo a mães que, perderam seus filhos pela violência e juntas, lutam contra esse sistema racista e violento mesmo com a dor do luto de ter perdido um filho. Além das mães, há outras iniciativas por parte da população que resiste contra a violência policial.

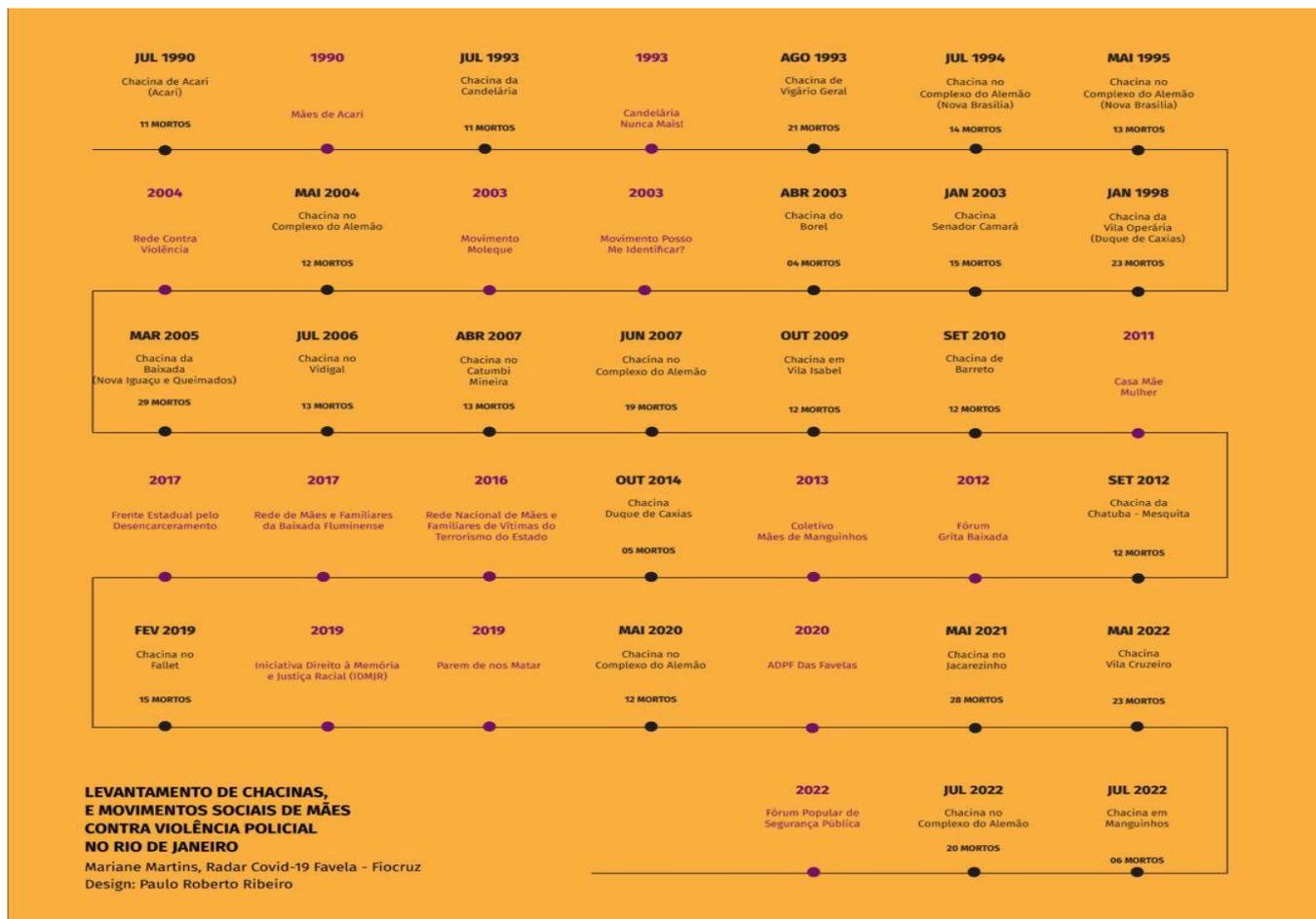


Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Abaixo, há um mapeamento¹² de movimentos criados no Rio de Janeiro após chacinas/execuções ocorridas no Estado. Podemos dizer que, para cada ato violento, a população negra segue resistindo.



Esse cenário de resistência foi aqui trazido com o intuito de realizar um movimento dialético no sentido de ilustrar que a população negra e periférica nunca esteve paralisada enquanto suas vidas estavam sendo ceifadas pelas classes dominantes durante toda história brasileira. A ideia de aquilombamento se mantém viva como estratégia de resistência da população negra brasileira e essa população vem se fortalecendo ao longo da história e conquistando direitos através de suas lutas. Muitas pautas foram conquistadas como a da lei de

¹²Mapeamento realizado pela Mariane Martins, Radar COVID-19 favela FIOCRUZ. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/chacinas-e-criacao-de-movimentos-sociais-de-maes-no-rj/>. Acesso em: 05 de dezembro de 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

cotas nas universidades públicas; a lei das empregadas domésticas; a lei do ensino da cultura africana nas escolas; a lei que define como crime aqueles resultantes de preconceito de raça ou de cor; a demarcação de terras quilombolas; a celebração do dia da consciência negra; entre outras importantes conquistas.

Contudo, o genocídio da população negra ainda é uma realidade que precisa ser combatida cotidianamente, bem como o racismo. Nesse sentido, iniciativas por parte do Estado como a criação do Ministério da Igualdade Racial é de extrema importância e relevância, pois, mostra que o Estado reconhece o racismo como uma problemática estrutural do país, que deve ser combatido. No entanto, não é suficiente visto que o racismo é funcional e lucrativo para o sistema capitalista. Assim, é preciso lutarmos por uma sociedade justa, igualitária e numa outra perspectiva social diferente da vigente para que comecemos a de fato combater o racismo em suas raízes. Mas, enquanto isso, ainda é preciso continuar resistindo e atuando com esses importantes movimentos sociais para que vidas negras e periféricas não só permaneçam vivas mas para que tenham dignidade em vida.

Considerações finais

As constantes violações de direitos demonstram quem são os considerados cidadãos na sociedade capitalista brasileira. As infâncias das crianças que moram em favelas, majoritariamente negras, são corrompidas já que são construídas também por memórias de violência e traumas. O Estado, por sua vez, cumpre sua função para com a burguesia, através dessa política que mata, amedronta, retira e viola direitos de um estrato da população.

É necessário que os olhares se voltem a essas situações de violência policial nas favelas e periferias do Estado do Rio de Janeiro que não são isoladas. É preciso que esteja explícito que essa violência de Estado é uma violência, sobretudo, racista. Além disso, é importante que seja debatido que a política de guerra às drogas é falaciosa e tem como único intuito a morte de pessoas negras e pobres, as vidas matáveis para o Estado. Esta é apenas uma desculpa das classes dominantes para dizimar aqueles que não os interessam. É preciso estarmos atentos às armadilhas.

Nesse genocídio da população negra e periférica que vigora desde a colonização do Brasil, as crianças negras e da classe trabalhadora também são alcançadas. Quando não têm suas vidas ceifadas pelo Estado, têm suas vidas prejudicadas, isentas de dignidade e direitos básicos como o acesso a habitação, alimentação, lazer, saúde e educação. Vivem sob o medo e em função de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

apenas preservar suas vidas num contexto que galga para sua morte, e as crianças bem sabem disso.

As consequências da ação do Estado são as mais diversas, o adoecimento mental é uma realidade para além do físico. Mas, apesar disso, a população negra segue se aquilombando, lutando contra a opressão policial e ocupando espaços de poder, conhecimento e notoriedade que não foram criados historicamente para elas, o que é uma importante forma de resistência e luta. No entanto, ainda há muito para ser feito para efetivar o direito à vida de pessoas negras e de periferia. Uma mudança de ordem societária se mostra como possibilidade interessante para que mudanças efetivas e não relacionadas à morte possam acontecer. Logo, seguindo o pensamento de Clóvis Moura, não é possível pensar no fim da opressão racial sem pensar conjuntamente o fim da sociedade de classes.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 01 de dezembro de 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm Acesso em: 01 de dezembro de 2023.

BENTO, Maria Aparecida, S. **Branqueamento e Branquitude no Brasil**. In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras). Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-58.

INSTITUTO FOGO CRUZADO. **Relatório Anual 2021: Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1gyizjq_XFEc2ViMZOFDAp_NEWVDZIVfa/view Acesso em: 02 de dezembro de 2023.

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

HAMMES, B. **Negros são 56% da população, mas presença na Câmara Federal ainda não chega a 30%: "Representação é necessária para toda a sociedade."** G1 PR. Disponível em:

<https://diplomatie.org.br/chacinas-e-criacao-de-movimentos-sociais-de-maes-no-rj/>

Acesso em 23 nov 2023



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista**. Cortez. São Paulo, 1998.

MOURA, C. **Os quilombos e a rebelião negra**. Editora Brasiliense. São Paulo, 1986.

MOURA, C. **Dialética Radical do Brasil Negro**. Editora e Livraria Anita. 2 ed. São Paulo, 2014.

MOREIRA, M. **Crianças que presenciam violência policial podem desenvolver estresse pós-traumático**. Folha de São Paulo, SP, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/criancas-que-presenciam-violencia-policial-podem-desenvolver-estresse-pos-traumatico.shtml> Acesso em 08 dez 2023.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. **Carta de princípios**. 1978. Disponível em: <https://mnu.org.br/wp-content/uploads/2020/07/CARTA-DE-PRINC%C3%8DPIO-MNU-1.pdf> Acesso em 05 dez de 2023.

NASCIMENTO, A. **O quilombismo**. Editora Vozes. Rio de Janeiro, 1980.

RAMOS, E. **Após chacinas, quem olha os impactos da violência nas crianças?** Portal Lunetas, 2022. Disponível em: <https://lunetas.com.br/chacinas-impactos-da-violencia-criancas/> Acesso em 08 dez 2023.

SARAIVA, Vanessa C. S. **Racismo à brasileira contra crianças e adolescentes negros e 30 anos do ECA: novos e velhos desafios**. IN: Trinta anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: balanços e perspectivas. Org: Ebe Campinha, Fábio Simas, Rodrigo. Lamparina: 2022. Rio de Janeiro, 1º ed, pg 41 -51.

SCHMIDT, Fabiana. **Trinta Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e o sistema socioeducativo no Brasil: o que temos a comemorar?**. IN: Trinta anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: balanços e perspectivas. Org: Ebe Campinha, Fábio Simas, Rodrigo. Lamparina: 2022. Rio de Janeiro, 1º ed, pg. 135 -149.

SILVA, M. M. et al.. **“No meio do fogo cruzado”: reflexões sobre os impactos da violência armada na Atenção Primária em Saúde no município do Rio de Janeiro**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, n. 6, p. 2109–2118, jun. 2021.

UNICEF. **“É preciso fortalecer o ECA e priorizar investimentos na infância e na adolescência em meio a pandemia”, alerta UNICEF: No aniversário de 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, UNICEF defende que o Brasil invista para consolidar conquistas do ECA, enfrentar o racismo e garantir direitos**. UNICEF, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/e-preciso-fortalecer-o-eca-e-prioriza>



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

[r-investimentos-na-infancia-e-na-adolescencia-em-meio-a-pandemia#:~:text=Entre%201990%20e%202017%2C%20os,Nenhum%20desses%20dados%20%C3%A9%20coincid%C3%Ancia>](#) . Acesso em: 08 dez 20



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**